
Educação escolar: a mediação como possibilidade de transformação

Carina Alves da Silva Darcoletto

Mestranda em Educação Escolar – Unesp Araraquara

Apresentamos, neste artigo, a partir dos estudos do filósofo húngaro contemporâneo István Mészáros, contribuições significativas de Hegel e Marx para a compreensão da categoria da mediação, buscando elucidar a importância do exame dessa categoria para o entendimento do homem no contexto atual (sistema capitalista), por um lado, e da educação escolar, por outro, que acreditamos ser de grande relevância para o desenvolvimento pleno da humanidade. Para tanto, partimos da análise de Mészáros sobre a diferença entre capital e capitalismo, situando a mediação no seu substrato histórico-concreto, o que nos permite apreender os limites e as possibilidades do homem, e, em particular, da educação escolar, no sistema capitalista.

Palavras-chave: Capital. Capitalismo. Educação Escolar. Mediação. Transformação.

1 Introdução

Neste texto, temos o objetivo de apresentar algumas contribuições do pensamento de István Mészáros para o entendimento da categoria da mediação, na perspectiva marxiana. Na condição de educadores preocupados com a emancipação dos educandos e, portanto, com a transformação da sociedade, consideramos tal estudo de grande relevância para compreender a situação que acomete o homem inserido no sistema capitalista, suas possibilidades e os limites que dele derivam, de modo geral, e as questões que permeiam a educação – especificamente a escolar –, em particular.

Na medida em que o ser humano se constitui, inicialmente, por meio da mediação do trabalho e, a partir dela, de outras mediações mais desenvolvidas, como é o caso da arte, da educação e da ciência, não é possível prescindir do exame de tais mediações, por um lado, para entender o homem no contexto atual (sistema capitalista), e, por outro para compreender a relação pedagógica, que acreditamos ser de suma importância para o desenvolvimento pleno da humanidade.

István Mészáros, filósofo húngaro contemporâneo, ao analisar, entre outros autores, pensadores como Hegel e Marx, fundadores da categoria da mediação, mostra o caráter atual da ontologia marxiana, que também temos o propósito de elucidar neste texto, e que nos ajuda na compreensão da mediação.

O autor se dedica ao estudo das obras de Marx, construindo seu arcabouço teórico pautado nas reflexões críticas e contundentes a respeito da dinâmica do capital e do capitalismo, ponto central da sua análise do real, que tem como referencial o materialismo histórico dialético, o qual nos permite entender a relação

homem-natureza e homem-homem como iminentemente ontológica, concebendo o homem como o único animal dotado das capacidades de transformar a natureza, construir e transformar a história, de acordo com suas possibilidades materiais. Nesse sentido, enfatizamos que, numa relação dialética, o homem é resultado do momento histórico em que vive, e a história, tal como se concebe, é consequência das ações e atividades advindas do próprio homem.

Diante do vasto campo de análise e da complexidade da obra do autor, buscaremos apontar aqueles que avaliamos ser os principais aspectos de sua abordagem para a compreensão da categoria da mediação em seu sentido ontológico. Nessa medida, faremos algumas pontuações a respeito do trabalho exaustivo de Mészáros sobre o sistema do capital, mais especificamente na sua forma capitalista, mostrando suas implicações para a manutenção das “mediações de segunda ordem” (alienantes). Trazer esse contexto à discussão é imprescindível para dimensionar a mediação na perspectiva de Hegel e de Marx, mostrando as semelhanças e diferenças que subjazem à compreensão dessa categoria, em cada uma das teorias desses pensadores. Em seguida, abordaremos a alienação do trabalho, consequente do sistema capitalista, e, para pensar nas possibilidades de sua transcendência, assinalaremos algumas ponderações a respeito da importância da educação escolar.

2 A discussão de István Mészáros sobre o capital e as mediações de segunda ordem

Em seu livro *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição* (2002), o ponto de par-

tida da discussão de Mészáros é a análise do capital e de suas implicações para a humanidade. Ele diferencia muito claramente “capital” de “capitalismo”, enfatizando que muitos pensadores acreditam que a ruptura com o sistema capitalista seria suficiente para atingir uma sociedade socialista, humanizada. Segundo esse pensador, a ruptura com o capitalismo não levaria à mudança radical da sociedade, pois o que é preciso ser destruído, de fato, é o capital, que antecede o capitalismo e é também posterior a ele, sendo compreendido como “[...] o regulador *sociometabólico* do processo de reprodução material que, em última análise, determina não somente a dimensão política, mas muito mais além dela” (MÉSZÁROS, 2002, p. 29, grifo do autor).

Nessa obra, Mészáros afirma que o capitalismo é apenas uma forma de realização do capital, por sinal a força histórica de realização desse capital que reuniu as formas mais plenas e perfeitas para seu desenvolvimento. Nesse sentido, salienta que é no capitalismo que o “Sistema sociometabólico do capital” – que tem como núcleo fundante, nesse contexto histórico, a relação entre capital, trabalho e Estado – ganha maior impulso. Em outras formas de organização social, como nas sociedades feudais, por exemplo, não existia esse núcleo. Havia tanto o capital quanto o trabalho, mas suas formas de manifestação eram diferentes das existentes na sociedade moderna.

Com a dissolução das formas de funcionamento da sociedade feudal (trabalho servil, capital existente na forma de troca de mercadorias), as forças do capital vão-se solidificando. Começa a surgir um capital diferente do “capital comercial”, antes existente. É nesse momento histórico de surgimento do “capital mercantil” que se pode conceber uma forma mais plena do

“Sistema Sociometabólico do Capital”. A partir daí, o capital inicia sua fase mais completa de desenvolvimento, na forma industrial, em que predomina a produção de mercadorias pelo uso de máquinas, tendo como consequência o lucro. Segundo Mészáros (2002),

As unidades básicas das formas antigas de controle sociometabólico eram caracterizadas por um grau elevado de *auto-suficiência* no relacionamento entre a produção material e seu controle. Isso se aplica não apenas às comunidades tribais primitivas, mas também à economia doméstica das antigas sociedades escravistas e ao sistema feudal da Idade Média. Quando essa auto-suficiência se quebra e, progressivamente, dá lugar a conexões metabólicas/reprodutivas mais amplas, já estamos testemunhando o vitorioso avanço do modo de controle do capital, trazendo consigo, no devido tempo, também a difusão universal da alienação e da reificação. (MÉSZÁROS, 2002, p. 101, grifo do autor).

A alienação e a reificação de que fala Mészáros (2002) estão, intrinsecamente, relacionadas ao modo como se processa o “Sistema sociometabólico do capital”, que, para o autor, desenvolve-se por meio das personificações do trabalho e do capital apontadas por Karl Marx, pela primeira vez, nos *Grundrisse*. É sabido que cada forma histórica tem seu modo próprio de sociabilidade e, portanto, personificações adequadas a esse mesmo modo. No caso da sociedade capitalista, não existe estabilidade nas relações que o homem estabelece, tanto com a natureza quanto com seus pares

– a única certeza, necessidade e persistência estão na produção de mercadorias e no lucro. Analisando o potencial das personificações do capital, Mészáros adverte:

Sob o sistema do capital estruturado, de maneira antagonista, a verdadeira questão é a seguinte: qual é a classe dos indivíduos que realmente produzem a ‘riqueza da nação’ e qual a que se apropria dos benefícios dessa produção; ou, em termos mais precisos, que classe de indivíduos deve ser confinada à função subordinada da *execução* e que indivíduos particulares exercem a função de *controle* – como ‘personificações do capital’, na expressão de Marx. (MÉSZÁROS, 2002, p. 68, grifo do autor).

Essas personificações alienam o homem de sua condição humana, uma vez que ele é concebido apenas como um “meio” (por sua função de trabalhador) para atingir os interesses do capital, os quais se sobrepõem ao próprio ser social, que se descaracteriza enquanto tal.

Assim, o trabalho, que, de acordo com Marx, é a categoria por excelência, capaz de propiciar o pleno desenvolvimento do homem, torna-se, nesse cenário do sistema capitalista, intensamente alienado e alienante, visto que o próprio homem não entende o sentido daquilo que produz nem percebe o sentido da sua atividade no processo da produção. Nas palavras de Mészáros,

O trabalho, que deveria ser uma propriedade *interna*, ativa, do homem, em consequência da alienação capitalista se torna exterior ao trabalhador (‘o

trabalho é exterior ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser essencial; [...] O trabalhador, portanto, só se sente ele mesmo fora de seu trabalho, e em seu trabalho sente-se fora de si mesmo’). [...] A alienação transforma a atividade espontânea no “trabalho forçado”, uma atividade que é um simples meio de obter fins essencialmente animais (comer, beber, procriar), e com isso ‘o que é animal se torna humano e o que é humano se torna animal’. (MÉSZÁROS, 1981, p. 141, grifos do autor).

Se o trabalho é ontologicamente necessário para o desenvolvimento do homem e, com o sistema tal como está posto, não consegue cumprir essa função, fica claro que alternativas são imprescindíveis para chegar ao trabalho como, de fato, ele pode ser realizado pelo ser humano. E quais alternativas seriam necessárias?

Para responder a essa indagação é preciso compreender que o trabalho que o homem está realizando perdeu sua característica mais importante, conforme pensava Marx: a de “mediação de primeira ordem”. E o que seria uma “mediação de primeira ordem?” De acordo com Mészáros, em sua obra *Marx: teoria da alienação* (1981), seria a única forma possível de o homem relacionar-se com a natureza e com o próprio homem, transformando essa natureza e construindo uma “segunda natureza”, ou seja, a sociedade, de modo significativo e positivo. Em outras palavras, a “mediação de primeira ordem” permite ao homem compreender o mundo em que vive e entender seu papel como agente transformador da história.

No “sistema sociometabólico do capital”, o trabalho que, para Marx, é a “automediação”

fundamental entre natureza-natureza (considerando-se a totalidade do homem e, tendo-se este como parte da natureza, ele também é natureza), homem-natureza e homem-homem passam a ser, na realidade, uma “mediação de segunda ordem”. Por que uma “mediação de segunda ordem”? Porque, nesse sistema, as “mediações de primeira ordem” são interrompidas, dando lugar às “de segunda ordem”, que privam o homem de suas possibilidades de desenvolvimento e, portanto, da humanização que lhe é imanente, mas que só se realizará de acordo com condições históricas favoráveis.

3 Contribuições de Hegel e de Marx para a compreensão da categoria da mediação

Neste momento, pretendemos destacar algumas contribuições de Hegel para a constituição da teoria marxiana, uma vez que o filósofo alemão é o maior inspirador de Marx, no tocante à concepção dialética de transformação materialista da história. Já é preciso considerar o fato de Hegel ser um representante intelectual da burguesia de sua época e estar imerso numa sociedade arcaica (a Alemanha do século XIX); daí sua análise do real ser limitada, especialmente quando se trata da categoria trabalho.

Hegel não nega a divisão social do trabalho existente na sociedade capitalista, porém não a interpreta como fator negativo para o desenvolvimento do homem, tal como concebe Marx. Para o primeiro, a sociedade classista, que separa os proprietários dos não-proprietários, conduz ao conflito entre eles, que deverá ser assumido e resolvido pelo Estado. Ainda que não tenhamos o propósito de tratar sobre o modo como Hegel resolve essa contradição oriunda

da sociedade civil, pela mediação do Estado, é importante mencionar que tal contradição é “superada”, em seu sistema, pelas vias de sua Filosofia do Direito. De acordo com Mészáros (2002),

Da maneira como define seus termos de referência, ele não apenas preserva a substância burguesa – a particularidade personalista – da ordem social do capital, mas também estipula a harmoniosa conciliação de todos os seus constituintes antagonistas para benefício de todos. E assim eleva a imagem eternizada de sua ordem sociometabólica ao plano do direito racionalmente incontestável. (MÉSZÁROS, 2002, p. 68).

Isso posto, fica explícito que, na concepção de Hegel, apesar de a sociedade viver esse conflito – entendido no sentido de contradição –, pela mediação do Estado Liberal, os antagonismos serão solucionados, daí a sua análise contundente do capitalismo como sistema ideal. Para Mészáros (2002), o sistema hegeliano foi construído sobre a premissa falaciosa de que a divisão do trabalho, num sentido neutro e técnico, seja a base determinante suficiente de uma especificidade sócio-histórica – a conclusão desejada e eternizada, obtida por meio do procedimento filosófico adotado por Hegel – em vez de demonstrar a característica determinada de um “certo tipo” de divisão social hierárquica do trabalho (que deve ser oculta ao exame, no interesse da absoluta permanência do sistema do capital vigente).

Na medida em que Hegel vê a sociedade burguesa (relação entre sociedade civil e Estado) como a ideal, acredita que toda a história hu-

mana se desenvolveu e transitou para chegar a este ideal. Com isso, não há possibilidade, e muito menos intenção, de transgressão desse modelo de Estado da “perfeição”, o qual realiza a liberdade do “espírito absoluto” que será por ele mediada.

É preciso esclarecer aqui a importância do “espírito absoluto” sob a lógica dialética do pensamento hegeliano. O sistema de Hegel pressupõe a existência do “espírito” (*a priori*), que se constitui, enquanto sujeito da história. Para este pensador, o “espírito” é o ponto de partida para toda a idéia que se vai materializar no “mundo dos homens”, que serve de condutor para a objetivação das idéias contidas no “espírito”. Nessa relação dialética e de mediação existente, para que a idéia (do “espírito”) seja materializada (no “mundo dos homens”), pode existir imperfeição, isso porque a idéia que está no espírito, ao ser materializada no mundo dos homens, pode não coincidir com tal materialização, ocasionando, portanto, uma contradição.

A contradição, então, é conseqüência de a idéia – advinda do “espírito” – não se realizar plenamente ao chegar ao “mundo dos homens”. Caso ocorra, não haverá coincidência entre sujeito e objeto, havendo uma alienação do “espírito” em relação ao “mundo dos homens”.

Desse modo, é compreensível que, no sistema do filósofo alemão, o sujeito seja o “espírito absoluto”, enquanto o objeto é o “mundo dos homens”. E, para que a perfeição exista, é fundamental que sujeito e objeto coincidam. Então, quando não há tal coincidência, tem-se, na verdade, uma contradição, que é considerada, por Hegel, uma imperfeição, um problema.

Para o pensador alemão, a perfeição só chegará com a sociedade capitalista burguesa,

ainda que nela exista uma contradição, que é dada no âmbito da sociedade civil, na qual se colocam as lutas de classes, e deverá ser resolvida pelo Estado Liberal.

Embora Hegel conceba o sistema capitalista como o “fim da história” e como o modo ideal para a humanidade desenvolver-se – o que Marx vai criticar com veemência –, ele contribuiu significativamente para o entendimento da categoria mediação, que será, posteriormente, também tratada por Marx, mas com foco diferente do daquele filósofo.

Ainda se ocupando do pensamento de Hegel, Mészáros nos possibilita compreender que a mediação, no sistema hegeliano, para chegar ao conhecimento do mundo, é a “razão”.

De acordo com a relação sujeito-objeto, ou seja, *espírito absoluto e mundo dos homens*, o conhecimento se dá da seguinte forma: em primeiro lugar, existe a idéia (que está no “espírito absoluto”), que deverá ser exteriorizada, o que ocorre no “mundo dos homens”. Com sua exteriorização/materialização, essa mesma idéia é interiorizada, agora na forma de conhecimento. Assim, tem-se, como já mencionado, que a mediação fundamental para a realização do conhecimento, segundo Hegel, é a “razão”. Para usarmos os termos do próprio autor, a relação dialética e de mediação para chegar-se ao conhecimento é vista do seguinte modo: tem-se uma idéia (tese), a sua materialização (antítese) e o conceito oriundo desta experiência de materialização (síntese). Portanto, a mediação, para Hegel, ocorre por meio do “trabalho abstrato” (o único valorizado por ele), diferentemente da concepção de Marx, que entende que a mediação ocorre por intermédio do “trabalho concreto”.

Um ponto fundamental na mediação é que, ao exteriorizar uma idéia (caminho do

processo histórico), e interiorizá-la novamente, esta sofre uma contradição e é superada, o que faz com que não seja a mesma. Porém, a idéia não é suprimida, apenas se modifica. Para Hegel, isso é uma imperfeição, enquanto, para Karl Marx, é humano.

Marx, concebendo que o desenvolvimento do homem se dá a partir da sua relação com o concreto, busca, logo em seus primeiros escritos, superar o “idealismo hegeliano”, mostrando que o “espírito absoluto” de Hegel, que é o ponto de partida de tal autor, faz com que as mediações estabelecidas para chegar ao conhecimento sejam de segunda ordem, uma vez que o espírito é algo supra-humano e idealizado, em nada se assemelhando ao materialismo histórico (de Marx).

Para Marx, segundo Mészáros (2002), o tempo presente é o momento mais universal e moderno possível, pois nele estão as marcas de todo o processo da história da humanidade. Porém, esse presente é transitório, diferentemente da concepção de Hegel, que vê a sociedade capitalista burguesa como o “fim da história”. Nesse ponto, encontramos uma diferença crucial entre a ontologia marxiana e a hegeliana. Enquanto a ontologia marxiana pretende uma constante transformação e superação do real, a hegeliana não prevê mudanças. Nos termos de Mészáros,

Ao contrário de Hegel, Marx tratou o sistema do capital como *necessariamente transitório*. A despeito do avanço histórico incorporado ao modo de funcionamento do capital no que se refere à produtividade quando comparada ao passado (o que Marx admitia mais do que generosamente), ele considerava sua viabilidade so-

ciometabólica confinada a uma fase histórica rigorosamente limitada que devia ser superada pela intervenção radical do projeto socialista, pois as determinações estruturais mais centrais do sistema do capital – baseadas num conjunto de relações de mediação articuladas para dominação do trabalho, a serviço da necessária extração do trabalho excedente – eram irremediavelmente *antagônicas* e, em última análise, não apenas destrutivas, mas também *autodestrutivas*. (MÉSZÁROS, 2002, p. 87, grifos do autor).

O sistema filosófico de Marx, ao contrário do de Hegel, não é concebido a partir das bases que sustentam o capital; por isso, é tão inovador no tocante às preocupações com a transformação da realidade histórica e é elogiado por Mészáros quanto à concepção coerente de sua mediação, para o qual,

[...] a idealização da ordem estabelecida como ‘racionalidade do real’ e a adoção de seus componentes contraditórios como premissas e conclusões necessárias de todo discurso racional, resultam [...] em obstáculo insuperável (MÉSZÁROS, 2002, p. 71).

O chamado “obstáculo insuperável” está diretamente relacionado às “mediações de segunda ordem”, decorrentes do sistema do capital. István Mészáros nos ajuda a compreender melhor esse assunto, escrevendo:

As mediações de segunda ordem do capital – ou seja, os meios alienados

de produção e suas ‘personificações’; o dinheiro; a produção para troca; as variedades da formação do Estado pelo capital em seu contexto global; o mercado mundial – sobrepõem-se, na própria realidade, à atividade produtiva essencial dos indivíduos sociais e na mediação primária entre eles. [...] a aceitação, sem crítica, deste sistema historicamente contingente, mas efetivamente poderoso, como horizonte reprodutivo absoluto da vida humana, em geral, torna impossível a compreensão da natureza real da mediação, pois as mediações prevaletentes de segunda ordem anulam a devida consciência das relações primárias de mediação e se apresentam, em sua ‘eterna presença’ (Hegel), como o ponto de partida necessário que é também, simultaneamente, o ponto final insuperável. Elas produzem realmente uma *inversão* completa da verdadeira relação, resultando em que a ordem primária é degradada e as mediações alienadas de segunda ordem usurpam seu lugar, trazendo conseqüências potencialmente mais perigosas para a sobrevivência da humanidade. (MÉSZÁROS, 2002, p. 71, grifos nossos).

Diante dessa constatação, Mészáros entende que a posição favorável de Hegel em relação à não-modificação da ordem sociometabólica do capital não pode “[...] produzir uma concepção dialética da mediação, apesar de ser esta a meta explícita do grande filósofo alemão” (MÉSZÁROS, 2002, p. 71).

4 O sistema capitalista: alienação e coisificação do homem

“[...] toda a chamada história do mundo nada mais é do que a autocriação do homem através do trabalho humano, nada mais é do que o vir-a-ser da natureza para o homem”. Karl Marx.

A problemática do capital – especificamente inserido na lógica capitalista –, que vem sendo trabalhada por Mészáros (2002) na esteira do pensamento marxiano, implica a alienação do homem em relação ao seu trabalho, à própria natureza e a si mesmo. Isso porque, no sistema capitalista, o ser humano é tratado como coisa e visto como produto, ora na posição de trabalhar em prol da reprodução do sistema, ora como seu consumidor. Nesse sentido,

[...] a alienação humana foi realizada pela transformação de tudo em ‘objetos alienáveis, vendáveis, em escravos da necessidade e traficantes egoístas. A venda é a prática da alienação. [...] A alienação se caracteriza, portanto, pela extensão universal da ‘vendabilidade’ (isto é, a transformação de tudo em mercadoria); pela conversão dos seres humanos em ‘coisas’, de modo que possam aparecer como mercadorias no mercado (em outras palavras, a reificação das relações humanas); e pela fragmentação do corpo social em ‘indivíduos isolados’, que visam aos seus objetivos limitados, particularistas, ‘em servidão à necessidade egoísta’, fazendo de seu egoísmo uma virtude em seu culto da privacidade. (MÉSZÁROS, 1981, p. 36-37).

Nota-se, então, que num sistema em que o homem é tratado como mero “objeto”, para suprir as necessidades criadas pela lógica imposta por tal sistema, as características próprias do ser humano, que deveriam ser realçadas, passam a ser relegadas. Nessa direção, Mészáros apresenta uma questão ontológica de incontestável importância, a saber: “[...] o que está de acordo com a ‘natureza humana’ e o que constitui ‘alienação’ da ‘essência humana?’” (MÉSZÁROS, 1981, p. 40).

O trabalho, na perspectiva marxiana, é a categoria que possibilita ao ser humano desenvolver sua natureza e potencializá-la. Mészáros afirma que, nos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844, Marx tem a preocupação de enfatizar que:

[...] o homem, parte específica da *natureza* (isto é, um ser com necessidades *físicas* historicamente anteriores a todas as outras), precisa produzir a fim de se manter, a fim de satisfazer suas necessidades. Mas só pode satisfazer essas necessidades primitivas criando *necessariamente*, no curso de sua atividade produtiva, uma complexa hierarquia de necessidades *não-físicas*, que assim se tornam condições igualmente necessárias à satisfação de suas necessidades físicas originais. As atividades e necessidades humanas de tipo ‘espíritual’ têm, assim, sua base ontológica na esfera da produção material como expressões específicas de um intercâmbio entre o homem e a natureza, mediado de formas e maneiras complexas. (MÉSZÁROS, 1981, p. 75-76, grifos do autor).

A partir da afirmação acima, fica claro que o trabalho, para superar a alienação, deve ser uma atividade que humanize o homem e esteja relacionada à satisfação de suas necessidades essenciais. Assim, o trabalho, tal como é realizado no sistema capitalista, não permite ao homem essa condição; ao contrário, sujeita o indivíduo a mais brutal alienação. Segundo Mészáros (1981, p. 76-77),

[...] a atividade produtiva na forma dominada pelo isolamento capitalista – quando ‘os homens produzem como átomos dispersos, sem consciência de sua espécie’ – não pode realizar adequadamente a função de *mediação* entre o homem e a natureza, porque ‘reifica’ (coisifica) o homem e suas relações e o reduz ao estado de um animal natural. Em lugar da ‘consciência da espécie’, encontramos o culto da *privacidade* e uma idealização do indivíduo abstrato. Assim, identificando a essência humana com a mera individualidade, a natureza biológica do homem é confundida com sua natureza propriamente dita. A mera individualidade exige apenas *meios* para a *subsistência*, mas não formas especificamente humanas – humanamente naturais e naturalmente humanas, isto é, *sociais* – de auto-realização; formas que são manifestações adequadas da atividade vital de um [...] ‘ser genérico’. (grifos do autor).

Constata-se que a atividade produtiva sempre é alienada quando se aparta do modo adequado de mediar as relações entre o homem e a natureza, ou seja, a relação sujeito-objeto,

levando este sujeito (o homem) a ser reabsorvido pela “natureza”, tornando-se o homem, pois, distante de sua condição de ser humano “genérico”.

Marx critica e protesta contra a alienação da atividade produtiva e a reificação do homem. De acordo com Mészáros, aquele não é defensor do retorno do homem à “natureza” e às suas necessidades primeiras, voltando-se para a questão da “plena realização da ‘natureza do homem’”, o que só é possível por meio de uma atividade humana automediadora. (MÉSZÁROS, 1981). Quanto a essa questão da “automediação”, Mészáros esclarece:

A relação entre o homem e a natureza é ‘automediadora’ num duplo sentido. Primeiro, porque é a natureza que propicia a mediação entre si mesma e o homem; segundo, porque a própria atividade mediadora é apenas um atributo do homem, localizado numa parte específica da natureza. Assim, na atividade produtiva, sob o primeiro desses dois aspectos ontológicos, ‘a natureza faz a mediação entre si mesma e a natureza; e, sob o segundo aspecto ontológico – em virtude de ser a atividade produtiva inerentemente social – o homem faz a mediação entre si mesmo e os demais homens’. (MÉSZÁROS, 1981, p. 77-78).

A atividade humana automediadora nada mais é que a chamada “mediação de primeira ordem”, ou seja, a mediação necessária para que o homem seja capaz de transformar, benéficamente, a natureza para fins próprios, que, por sua vez, devem contemplar as

necessidades sociais da humanidade como um todo. Assim, fica evidente o valor da epígrafe deste tópico: “[...] toda a chamada história do mundo nada mais é do que a autocriação do homem através do trabalho humano, nada mais é que o vir-a-ser da natureza para o homem”. (MÉSZÁROS, 1981, p. 77-78).

Portanto, o homem é o único ser capaz de transformar a natureza, criando, como já mencionado, a sua “segunda natureza”, que é a sociedade. Entretanto, essa transformação pode ser, ou não, positiva, pode ou não elevar o homem ao seu potencial máximo. No caso da sociedade capitalista, na qual o homem é coisificado, devido à preponderância das “mediações de segunda ordem” (alienantes), as transformações que a natureza sofre por parte do homem chegam a ser prejudiciais e até mesmo destrutivas à própria humanidade. Atento a esse problema, Mészáros aponta que Marx analisa a direção da história humana em termos da:

[...] “imanência” do desenvolvimento humano [...], ou seja, como a realização da ‘essência humana’, do elemento ‘especificamente humano’, da ‘universalidade e liberdade do homem’ etc, através do ‘estabelecimento do homem por si mesmo, pela atividade prática’ [...]. O homem, como o ‘ser automediador da natureza’, não pode deixar de desenvolver – através da dialética objetiva, crescentemente complexa, das necessidades e objetivos humanos (e de acordo com as leis objetivas mais fundamentais da ontologia) – seu próprio papel me-

diador ativo. (MÉSZÁROS, 1981, p. 106-07).

5 Educação escolarizada: primeiros passos para a transformação social

A partir da última epígrafe, notamos que, se os sentidos humanos só se tornam, de fato, humanos quando a natureza se vai tornando humanizada, ou, em outros termos, quando o homem, em sua relação com a natureza e com os próprios homens, cria a sociedade, a educação é indispensável nesse processo. Diante disso, buscaremos tratar, ainda que sumariamente, dessa questão.

Ao falar sobre a crise atual da educação, Mézáros (1981) concebe que

Nenhuma sociedade pode perdurar sem seu sistema de educação próprio. Mencionar apenas os mecanismos de produção e troca para explicar o funcionamento real da sociedade capitalista é procedimento inadequado. As sociedades existem através dos atos dos indivíduos, que buscam realizar seus próprios fins. Em consequência, a questão crucial, para qualquer sociedade, é a reprodução bem-sucedida desses indivíduos, cujos 'fins próprios' não negam as potencialidades do sistema de produção predominante. É essa a extensão real do problema educacional: a 'educação formal' é apenas um pequeno segmento dele. (MÉSZÁROS, 1981, p. 260).

Embora Mézáros (1981), ao salientar a importância da educação para a transformação da sociedade, conceba a educação formal (ou seja, aquela realizada pela instituição escolar) como apenas um “pequeno segmento” diante de toda a extensão da educação, de modo geral, pretendemos, aqui, tratar da relevância da educação escolar para formação e desenvolvimento do homem, pondo a mediação (de primeira ordem) como categoria essencial para a relação entre o ensino e a aprendizagem, bem como para possibilitar a transformação da sociedade capitalista.

Isso posto, apresentamos a discussão da mediação, no âmbito da relação ensino-aprendizagem, que deve ser realizada na escola. Nessa relação, o professor é imprescindível, uma vez que seu conhecimento e consciência a respeito desse processo de mediação possibilitarão que a necessária mediação entre o ensino e a aprendizagem e entre o professor e o aluno ganhe mais força.

Sabendo que o professor e o aluno estão em pólos diferentes do processo de ensino e aprendizagem, direta e dialeticamente, relacionados, podemos afirmar que esse processo ocorre por meio da mediação.

O termo mediação, “[...] na filosofia de G.W. F. Hegel, diz respeito à relação entre o imediato e o mediato. [...] Ela estabelece a ligação entre o imediato e o mediato” (ALMEIDA, 1997, p. 58).

Para Hegel, como afirmado por Almeida, a mediação é a relação entre o imediato e o mediato. Na concepção de Marx, essa relação ocorre entre a natureza e o ser humano, na qual a natureza é o imediato, e o homem, o mediato. Como o próprio Mézáros (1981; 2002) afirma, a relação entre a natureza e o homem é mediada, de acordo com Marx, pelo trabalho (concreto).

Assim, em termos da relação ensino-aprendizagem, é fundamental que o professor realize sua tarefa de transmissão de parte dos conhecimentos produzidos e acumulados pela humanidade ao longo da história, tendo como ponto de partida de sua atividade docente as experiências de seus alunos, que se manifestam na forma imediata. Com isso, não queremos dizer que o professor se apropriará desse imediato dos alunos, até mesmo porque seria impossível consegui-lo, mas, sim, afirmar que, na relação professor-aluno, o imediato dos aprendizes se manifesta o tempo todo, cabendo, ao professor, a tarefa de buscar transcendê-lo.

Nesse tocante, é necessário atentar para não realizar um trabalho educativo alienado e alienante. Essa ressalva é importante, simplesmente, porque muitos profissionais da educação confundem o ensinar com o ficar circundando a “realidade” dos alunos. O que propomos, na perspectiva da mediação, é que o professor reconheça a realidade e as manifestações imediatas de seus alunos, para, assim, levá-los à superação dessa condição. Quando a experiência imediata dos alunos – advinda de sua realidade – é superada, transformando-se em conhecimento (mediato), não significa que aquele imediato seja suprimido, visto estar ele relacionado à realidade vivida pelos estudantes; ao contrário, ele permanece no conhecimento mediato, tal como este se encontra no imediato, mas ambos são, agora, diferentes, uma vez que houve a superação.

O educador brasileiro Dermeval Saviani (2003), ao tratar da questão dos “métodos de ensino”, concebendo o professor e o aluno como agentes sociais, num determinado contexto histórico-social, analisa que há uma diferença essencial entre esses dois sujeitos, do ponto de vista pedagógico. Para ele, “[...] o professor,

de um lado, e os alunos, de outro, encontram-se em níveis diferentes de compreensão (conhecimento e experiência) da prática social” (SAVIANI, 2003, p. 70), no ponto de partida do processo pedagógico. O professor detém o conhecimento sistematizado que deverá transmitir aos alunos – ainda que não conheça, no ponto de partida, os níveis de compreensão de seus alunos –, ao passo que estes portam uma experiência que não lhes possibilita articulá-la, de imediato, à experiência pedagógica; daí a necessidade do trabalho intensivo do professor. Ainda que Saviani não desenvolva essa relação, definindo-a em termos da tríade imediato-mediação-mediato, pensamos que o tratamento que lhe dá consiste exatamente em entendê-la nessa perspectiva.

Nossa afirmação se confirma quando Saviani (2003, p. 72) fala sobre o ponto de chegada do processo pedagógico, entendendo-o como a “própria ‘prática social’”, o momento em que o aluno já não compreende a prática social como no ponto de partida. Nas palavras do próprio autor:

Neste ponto, ao mesmo tempo que os alunos ascendem ao nível sintético em que, por suposto, já se encontrava o professor no ponto de partida, reduz-se a precariedade da síntese do professor, cuja compreensão se torna mais e mais orgânica. Essa elevação dos alunos ao nível do professor é essencial para se compreender a especificidade da relação pedagógica. (SAVIANI, 2003, p. 72).

Entendemos que a diferença crucial entre os pólos do aluno e do professor, que é o ponto que os diferencia no início da relação ensi-

no-aprendizagem, diz respeito ao imediato do aluno (chamado por Saviani de “caráter sincrético”) e ao mediato do professor (para ele, entendido em termos de “síntese precária”), sendo a mediação responsável por contrapor esses dois pólos, elevando o imediato do aluno ao plano do mediato, bem como modificando, qualitativamente, o mediato do professor, que, em consequência da relação mediatizada, deixa de ser uma “síntese precária”, passando à “síntese elaborada”.

Nesse processo de mediação, a prática social de ambos os agentes sociais, aluno e professor, também se modifica, pois, uma vez transformados e sendo eles parte da sociedade, sua totalidade também é alterada qualitativamente. Entendida nessa dimensão, “[...] a educação, portanto, não transforma de modo direto e imediato e sim de modo indireto e mediato, isto é, agindo sobre os sujeitos da prática” (SAVIANI, 2003, p. 73).

Dito de outra forma, quando essa mediação ensino-aprendizagem ocorre, as “mediações de segunda ordem” (alienantes, que impedem que a mediação primária ocorra) são superadas e o conhecimento é apropriado pelo aluno. Se a escola consegue realizar essa mediação, proporciona a conscientização de seus alunos em relação à sociedade, de modo geral, e a si mesmos, em particular, o que pode abrir o caminho para uma transformação social.

Para Mészáros, como já exposto, só a educação formal não é capaz de transcender os problemas da alienação. Ele concebe que

[...] a transcendência positiva da alienação é, em última análise, uma tarefa educacional, exigindo uma ‘revolução cultural’ radical para sua realização. O que está em jogo não

é apenas a modificação política das instituições da educação formal. [...] Marx ressaltou vigorosamente a continuidade ontológica objetiva do desenvolvimento do capitalismo, materializado em todas as formas e instituições de intercâmbio social, e não apenas nas mediações de segunda ordem, diretamente econômicas, do capitalismo. É por isso que a tarefa de transcender as relações sociais de produção capitalistas, alienadas, deve ser concebida na estrutura global de uma estratégia educacional socialista. Esta última, porém, não deve ser confundida com nenhuma forma de utopismo educacional. (MÉSZÁROS, 1981, p. 260-61).

Concordamos com esse pensamento de Mészáros, mas isso não significa que não apostamos nas possibilidades da instituição escolar, como, ao menos, uma forma inicial de se pensar em um movimento de superação da história, tal como ela se está processando. De acordo com Saviani (2003), a educação não transforma a prática social de modo direto, mas ela, enquanto parte da sociedade, pode contribuir, ainda que com limites, para a mudança da sociedade, atuando como fonte de conscientização dessa prática, o que já é um grande passo. Assim, fica a aposta em uma educação escolar capaz de propiciar a fecunda mediação entre natureza-homem e homem-homem.

6 Considerações finais

Buscamos apresentar as contribuições da teoria de István Mészáros para compreender a

categoria da mediação, que se constituiu no objeto de nossa análise, neste estudo. O referido autor trata da mediação na perspectiva tanto de Hegel quanto de Marx, auxiliando-nos no entendimento da influência que o primeiro exerce sobre o segundo, para a reformulação dessa categoria, bem como na apreensão da mediação, no seu sentido de condição absoluta para a produção e reprodução da humanidade.

Mészáros possibilita que nos apropriemos não só da categoria da mediação, mas também da situação histórica do capital e, mais particularmente, do capitalismo, mostrando as implicações desse sistema para a persistência e avanço da situação de alienação da humanidade. Seus escritos nos provocam inúmeras inquietações em relação ao homem e à sociedade.

Além disso, enquanto educadores preocupados com a problemática educacional, a leitura do pensamento desse filósofo húngaro deixa-nos a possibilidade de refletir sobre uma escola diferente, envolvida com o desenvolvimento das potencialidades humanas. Em tempos de destruição ambiental e fragmentação exacerbada do próprio ser humano, a educação, no geral, e a educação escolar, em particular, não podem perder de vista seu relevante papel de formação de homens emancipados.

Nessa perspectiva, na esteira da citação de Paracelso, feita por Mészáros, “[...] aprender é a nossa vida mesma; aprendemos desde a juventude até a velhice, na verdade até as vésperas da morte; ninguém vive dez horas sem aprender” (MÉSZÁROS, 1981, p. 263). E é o aprendizado, resultante das relações de mediação, que permite que o homem se humanize cada vez mais. Entretanto, o aprendizado também pode ocorrer para inviabilizar essa humanização, incitando, contrariamente, a pobreza das relações sociais, o que produz, como consequência, o

homem alienado de si e da natureza, na sua forma mais brutal e desumanizada. Posicionando-se quanto a essas duas facetas da educação, Rossler (2004) afirma que ela

deve estar filiada a um movimento específico: ou se filia ao movimento de manutenção do *status quo*, a conservação da sociedade vigente, ou se filia ao movimento revolucionário de transformação e superação do atual estado de coisas, do quadro social. E isto posto que pode desempenhar dois papéis: ser arma e instrumento de adaptação às relações vigentes ou de sua transformação. (ROSSLER, 2004, p. 87, grifos do autor).

Tendo em vista esses dois caminhos, cabe à escola o compromisso de lutar pela formação de seres humanos emancipados, dotados das especificidades do gênero humano. Para tanto, é necessário um programa educacional que prime por transmitir às novas gerações a gama de conhecimentos produzidos pelos seus antecessores e que carregam, em si, as características da “essência humana”. Indo mais além, não basta simplesmente transmitir esses conhecimentos, e sim fazê-lo numa relação mediatizada entre professor-aluno, do modo como viemos enfatizando neste artigo.

School education: the mediation like a transformation possibility

This article analyze the significant contributions of Hegel and Marx presents in study of contemporary philosopher István Mészáros for understanding the category mediation, in search to show the importance of the exam of this category for understand to man in

present context (capitalist system) and too in school education. Therefore, we begin at Mészáros' analysis about the difference between capital and capitalism, putting the mediation in your historic and social base, letting to grasp limits and possibilities of man and, in particular, of school education in capitalist system.

Key words: Capital. Capitalism. Mediation. School Education. Transformation.

Referências

- ALMEIDA, J. L. V. *Educadores de rua do Estado de São Paulo: as representações que informam a sua prática educativa*. Tese. (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- ANTUNES, R. Apresentação. In: MÉSZÁROS, I. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Editora da Unicamp, 2002.
- MARX, K. O capital em geral. Livro I do O capital, Primeira Parte. In: GIANNOTTI, J. A. *Marx*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores).
- MÉSZÁROS, I. *Marx: A teoria da alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MÉSZÁROS, I.. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo; Editora da Unicamp, 2002.
- ROSSLER, J. H. A educação como aliada da luta revolucionária pela superação da sociedade alienada. In: DUARTE, N. (Org.). *Crítica ao fetichismo da individualidade*. Campinas/SP: Autores Associados, 2004.
- SAVIANI, D. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 36. ed. Campinas/SP: Autores Associados, 2003.

